

Resenha: Maricato, Erminia. *O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011*

Pacelli Henrique Martins Teodoro^{1*}

¹ Licenciado, Bacharel e Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professor Adjunto da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

A luta pelo direito à cidade volta às ruas: o que está em disputa é a própria cidade, seus equipamentos sociais, suas oportunidades de emprego, de lazer, de mobilidade. Mas essa disputa se refere também à aplicação do fundo público, que ao invés de se dirigir à reprodução da força de trabalho, se dirige à reprodução do capital. O que se estabelece é a oposição entre valor de troca e valor de uso no espaço urbano; entre renda imobiliária e condições de vida. A crise urbana está no centro do conflito social no Brasil, só não a enxerga aquele que não quer ver. (MARICATO, 2014, p. 26).

Antecedente às cidades rebeldes, por conta de manifestações em massa que tomaram conta das ruas brasileiras, em junho de 2013, o livro “O impasse da política urbana no Brasil” (1. ed. Petrópolis: Vozes, 2011), de Maricato (2014), traz uma diversidade de conteúdos urbanos frente a recentes mudanças conjunturais e estruturais do capitalismo, o que possibilita entender as estreitas relações entre a política nacional e as revoltas organizadas. E a vivência profissional, acadêmica e militante de Ermínia Terezinha Menon Maricato são mais que recomendadas para este propósito, a saber, Graduada, Mestre, Doutora e Livre-Docente em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo (FAUUSP), Professora Titular da FAUUSP e autora de importantes Obras¹, Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo (1989-1992) e membro da equipe de transição governamental do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002), com participação na formulação da proposta de criação do Ministério das Cidades (MCidades) e, posteriormente, permanência como Secretária Executiva do então Ministro Olívio de Oliveira Dutra, encarregada da coordenação técnica da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (2003-2005).

Produzidos em contextos específicos e com finalidades distintas, os cinco textos que compõem o presente livro convergem, conforme a autora, para o fim de um ciclo, isto é, o fim do período denominado genericamente de Reforma Urbana (da ditadura militar ao MCidades), e, também, tratam do futuro das cidades, diante dos impasses contidos na política urbana brasileira. Na ordem apresentada, “O impasse da política urbana” é um relato particular de experiências aberto a todas/os as/os interessadas/os no atual quadro político nacional; “Nunca fomos tão participativos – reflexões sobre os movimentos sociais urbanos” constitui-se em um alerta direcionado a militantes dos movimentos sociais urbanos; parte de uma pesquisa fomentada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), “Formação e impasse do pensamento crítico sobre a cidade periférica” é mais voltado ao público acadêmico, com uma bibliografia notória; já “O automóvel e a cidade” e “A terra é o nó” abordam temas amplos (e emblemáticos) e, portanto, são indicados para um grupo diverso de leitoras e leitores.

O primeiro capítulo descreve a luta de arquitetas/os e urbanistas contra o Estado para sua luta dentro do Estado, ou seja, a atuação de forças progressistas a partir do Golpe Militar (1964) até a criação do MCidades (2002) e, em meio a isto, a dominação neoliberal e o governo de Luiza Erundina de Sousa, na Prefeitura de São Paulo. Em continuidade, Maricato comenta a reorganização do capitalismo brasileiro e, para tanto, caracteriza as medidas governamentais do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010), as quais se distinguem e, ao mesmo tempo, se assemelham entre si². No entanto, a metamorfose positiva da imagem internacional do país e os avanços das políticas sociais não acompanharam a política urbana, presa e sacrificada pela intocabilidade do “poder do atraso”. Diante do difícil quadro instaurado nos primeiros anos de exercício do

* phmteodoro@hotmail.com

¹ “A cidade do pensamento único: desmanchando consensos” (com Otilia Arantes e Carlos Vainer. Petrópolis: Vozes, 2000), “Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana” (Petrópolis: Vozes, 2001), “Para entender a crise urbana” (São Paulo: Expressão Popular, 2015), entre outras.

² Por seu caráter distributivo, as ações e os programas do governo de Lula são realçados no texto, como os reajustes do salário mínimo; o Bolsa Família; a redução da pobreza, pelos rendimentos do trabalho, pelo aumento do emprego, por ganhos da previdência e pela política assistencial; o Programa Universidade para Todos (ProUni); o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Lei da Alimentação Escolar (Lei Federal 11.947, de 16 de junho de 2009); o Luz para Todos; e o crescimento econômico, particularmente pela ampliação do trabalho formal e consumo doméstico.

MCidades (acordos partidários, competências legais, governabilidade etc.), a habitação é ressaltada a partir dos projetos de urbanização de favelas e novas moradias, pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), como um dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Gráficos e dados estatísticos mostram que o PMCMV aqueceu quantitativamente o mercado habitacional, mas sem atentar qualitativamente à condição urbana. Assim, as cidades pioraram de modo geral, apesar de novas leis, órgãos públicos, espaços de participação, e, por isto, “a esperança não está no avanço institucional dos programas públicos [...]”, mas sim, “[...] na emergência de novos movimentos de jovens moradores das periferias urbanas, notadamente ligados à cultura e à arte.” (p. 92).

No segundo capítulo, a autora questiona a capacidade de reais transformações pelo “participativismo” hegemônico e institucionalizado que se alastrou entre os movimentos sociais contemporâneos, a partir de suas agendas especializadas e pautas fragmentadas, as quais se referem às partes (ao invés do todo), com horizonte restrito, sem tratar do presente ou futuro do capitalismo. Por exemplo, lutam-se pela regulamentação e implementação dos instrumentos de planejamento, mas não contestam as relações de poder e quem decide, na prática, sobre os fins de planejamento e gestão da cidade – as verdadeiras responsáveis por leis que “pegam” e outras que não “pegam” (SOUZA, 2002). Por isto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é ilustrado como um modelo que prioriza fortemente a formação política e educação, por meio de processos pedagógicos referentes à identidade e compreensão científico-ideológica do mundo³. E, para formar sujeitos críticos, a proposta é reconhecer as conquistas sociais, por mais institucionais e “juridicistas” que sejam, como o MCidades e Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001), entender as razões que impedem a aplicação dos marcos legais conquistados e, assim, enfrentar as forças resistentes.

No artigo intitulado “Globalização e política urbana na periferia do capitalismo”, Maricato (2009) faz um paralelo entre a sociedade global/flexível, junto à cidade vendida como mercadoria, planejada e gerida como empresa e legitimada pelo patriotismo (VAINER, 2002), e seus impactos nos países periféricos, ainda com o legado do patrimonialismo (relação de favor ou troca, esfera pública como privada e pessoal, correspondência entre detenção de patrimônio e poder político-econômico) e a conservação de clientelismo e corrupção. E o terceiro capítulo versa justamente como se desenvolveu uma nova leitura sobre esta cidade periférica resultante, estrategicamente focada na moradia precária. Durante as últimas décadas, o pensamento crítico foi teórico e empiricamente formulado na produção acadêmica, nas práticas dos movimentos sociais e nas gestões municipais inovadoras, de maneira conjunta. Porém, entre percalços por subordinação cultural e acadêmica externa, é preciso retomar esses três níveis na formação do próprio pensamento sobre as cidades desiguais, sempre com

a periferia no centro (não isolada), seja em planos, projetos ou ações.

O quarto capítulo reúne alguns bons motivos que levaram a priorização do transporte motorizado e individual na cidade moderna, mesmo com reconhecidas críticas (segregação e fragmentação, degradações e poluições): o forte movimento econômico e, destarte, significativo poder político da indústria automobilística, representada pela produção (desde a exploração de minérios à fabricação de autopeças) e manutenção (prestação de serviços mecânicos) de veículos, pelas obras de infraestruturas (circulação) e, principalmente, pela estratégia energética (exploração, refinamento e comercialização do petróleo). “É de Karl Marx a demonstração da tese de que não é o consumo que determina a produção, mas o inverso, a produção é que determina o consumo no modo de produção capitalista.” (p.

176) e, pela influência publicitária, bem como pelas relações assimétricas de dependência entre nações, a periferia do capitalismo mimetizou o modo de vida de países centrais e adotou o automóvel como necessidade primária, até mesmo mais necessário do que a moradia digna e o saneamento básico, e, por isto, pode-se problematizar as ditas cidades concebidas para o automóvel. Como desfecho, o quinto capítulo representa, nos próprios termos da autora, um grito de indignação: a propriedade da terra continua a ser o nó rural ou urbano brasileiro. Com um sistema de registro de terras impreciso, em qual cercas se movem para ampliar ou superpor propriedades, o país atende cerca de um terço da população pelo mercado residencial legal. E a ilegalidade restante da propriedade da terra urbana é atribuída tanto a pobres e suas ocupações e comunidades, quanto a ricos e seus loteamentos fechados, todavia, o judiciário, a polícia e grande parte da mídia concatenam este cenário, mais regra que exceção, aos primeiros agentes sociais e, em consequência, corroboram com a criminalização da pobreza. Por propor um novo quadro jurídico e institucional, a reforma fundiária representa o coração da agenda da reforma urbana e, por conseguinte, a solução para este antigo impasse, mas caiu no esquecimento. Em vista disto, Maricato (2009) sempre a reforça entre o que fazer diante das limitações externas e internas, ao lado de a) dar visibilidade à cidade real ou desconstruir a cidade virtual; b) criar um espaço de debate democrático, para dar visibilidade a conflitos; c) fazer uma reforma administrativa; e d) capacitar agentes para o planejamento da ação.

Popularmente denominado de jornadas de junho, aquele acontecimento político e histórico, citado no começo, iniciou-se na capital paulistana em meio a protestos pelo aumento da tarifa do transporte coletivo, mas pluralizou-se tanto em reivindicações, quanto em atores. “Não são só 20 centavos!” entouou em muitos espaços do Brasil e, em “É a questão urbana, estúpido!”, Maricato (2013) associa, lucidamente, a abrangente questão urbana aos manifestos, pela lógica entre a legislação, os serviços públicos (terceirizados ou não), as obras de infraestrutura e o financiamento privado de campanhas eleitorais, desde já com o seguinte esclarecimento: melhorias nas condições de vida não são exclusividades de melhores salários ou melhor distribuição de renda, mas dependem, também, da ampla acessibilidade às políticas públicas. E, em conformidade,

³ Datado em seu tempo, o texto talvez mencionaria, também, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), especialmente devido ao destaque nacional de suas últimas estratégias e ações, a formação pedagógica crítica em suas lutas pelo poder popular e, logo, a abrangência de sua agenda política.

tais manifestações demonstraram, na prática, que nem tudo pode ser resolvido pela esfera econômica sem contar com a política, afinal, o aumento do poder de compra e a tímida/importante distribuição de renda, assistidos na última década, não induziram automaticamente a conquista de direitos ativos, por parte da sociedade civil, de construir o próprio espaço, para afastar de sua dominação e caminhar para a apropriação da vida social – da cidade-produto à cidade-obra (LEFEBVRE, 2010).

Por fim, qual(is) é(são) “o(s) impasse(s) da política urbana no Brasil”? Entre 9 e 12 de junho de 2015, a Boitempo Editorial e o Serviço Social do Comércio (Sesc) - Administração Regional no Estado de São Paulo realizaram o Seminário Internacional Cidades Rebeldes e, como uma promoção, formularam e incentivaram respostas à questão “qual é o seu ideal de cidade?”, tanto no evento, quanto nas redes sociais. Como convidada-debatedora, Erminia Maricato respondeu-a e resumiu seu atual posicionamento: “o financiamento empresarial de campanha eleitoral define, em grande parte, a política urbana. Neste momento, no Brasil, a cidade que queremos tem executivos e legislativo eleitos sem o financiamento empresarial⁴”. Maricato nos lembrou a ponta do nocivo iceberg da política urbana (dinheiro privado, “sujo” e não declarado na campanha eleitoral), o qual será completamente sublimado por uma reforma política, ativamente participativa e plenamente transparente. E, quiçá, o impasse substancial seja conceber uma cidade não idealizada por ninguém, mas sim, perceber, conceber, vivenciar (LEFEBVRE, 1991) um espaço a partir da realidade coletiva apropriada democraticamente⁵ – afinal, “essa verdadeira terra de ninguém não foi criada por falta de planos e nem de leis.” (p. 186).

REFERÊNCIAS⁶

- [1] HARVEY, D. Entrevista. **Revista aU**, ed. 251, fev. 2015. Disponível em: <<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/251/artigo/338475-1.aspx>>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- [2] LEFEBVRE, H. **The production of space**. Malden: Blackwell Publishing, 1991. 454 p.
- [3] LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2010. 144 p.

⁴ Disponível em: <<http://cidadesrebeldes.com.br/2015/06/17/que-cidade-queremos/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

⁵ Como disse Harvey (2015), uma cidade onde as pessoas tenham suas vidas nas próprias mãos e generalizam práticas gratuitas de solidariedade entre si.

⁶ Recomenda-se uma série dirigida por Jorge Mansur (produção: Multipress), com a participação de intelectuais de renomes nacionais, inclusive a de Erminia Maricato, que objetiva analisar o espaço urbano brasileiro, via temas que estão no cerne da política urbana contemporânea. Títulos em ordem temporal de publicação, inicialmente no dia 1 de junho de 2015, pelo Canal Futura: “O crescimento das cidades e a periferização”, “Como participar da construção da cidade”, “Como conhecer melhor as cidades”, “Quanto custa viver na cidade?”, “Desafios da cidade”, “Como promover moradia popular nas cidades”, “Como planejar o crescimento das cidades” e “Desafios para governar metrópoles e cidades”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/canalfutura/videos>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

- [4] MARICATO, E. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. **VeraCidade**, v. 8, p. 89-105, 2009.
- [5] MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, p. 19-26.
- [6] MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 214 p.
- [7] SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 560 p.
- [8] VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 75-103.

